



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ

# PRODUTO 02 PLANO DE MANEJO

## ENCARTE 1

ELABORAÇÃO, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO,  
ELABORAÇÃO DE PLANOS DE USO PÚBLICO E RECATEGORIZAÇÃO DE  
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ NOS POLOS  
LITORAL, LESTE, IBIAPABA E MACIÇO DE BATURITÉ

## CONTEXTUALIZAÇÃO DA APA DO ESTUÁRIO DO RIO CEARÁ

PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO PRODETUR NACIONAL/CEARÁ

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2321/OC-BR, SECRETARIA DO TURISMO (SETUR/CE)

FEVEREIRO 2022



## LISTA DE SIGLAS:

<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>BIRD</b>	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CDB</b>	Convenção sobre Diversidade Biológica
<b>CEART</b>	Coordenadoria do Artesanato e Economia Solidária da STDS
<b>CNUMAD</b>	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
<b>CRAS</b>	Centros de Referência da Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
<b>CREDE</b>	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
<b>ECO 92</b>	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada de 3 a 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, também conhecida como Cúpula da Terra
<b>EEEP</b>	Escolas Estaduais de Educação Profissional
<b>EMBRATUR</b>	Instituto Brasileiro de Turismo
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FLONA</b>	Floresta Nacional
<b>FUNDART</b>	Fundo Especial de Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IDACE</b>	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
<b>IPECE</b>	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
<b>ITERCE</b>	Instituto de Terras do Ceará
<b>IUCN</b>	International Union for Conservation of Nature and Natural Resources
<b>IVS</b>	Índice de Vulnerabilidade Social
<b>LGBTQIA+</b>	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e outros grupos e variações de sexualidade e gênero.
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente do Brasil
<b>MONA</b>	Monumento Natural
<b>MTUR</b>	Ministério do Turismo do Brasil
<b>PDITS</b>	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PM</b>	Plano de Manejo
<b>PN</b>	Parque Nacional



<b>PNUMA</b>	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
<b>PRODETUR</b>	Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo
<b>SDA</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SECULT</b>	Secretaria de Cultura do Ceará
<b>SEDUC</b>	Secretaria de Educação do Ceará
<b>SEFOR</b>	Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza
<b>SEJUV</b>	Secretaria de Esporte e Juventude do Ceará
<b>SETUR</b>	Secretaria do Turismo do Estado do Ceará
<b>SEUC</b>	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
<b>SIANP</b>	Sistema Internacional de Áreas Protegidas
<b>SNE</b>	Sociedade Nordestina de Ecologia
<b>SNUC</b>	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
<b>STDS</b>	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará
<b>UC</b>	Unidade de Conservação
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura



## 1. INTRODUÇÃO

Segundo define a Lei Federal Nº. 9.985/2000 que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o Plano de Manejo é um *"documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade"*.

As Unidades de Conservação (UCs) devem dispor de um Plano de Manejo que deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas, sendo, dessa maneira, exigido pela Lei Estadual nº 14.950/2011, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Ceará (SEUC), e dá outras providências.

A inexistência de um plano que regule as formas de uso dos recursos naturais e da diversidade biológica nas UCs, de maneira a garantir a sua conservação faz com que as pessoas que moram em seus entornos não tenham certeza do que podem e não podem fazer, tornando-se muito difícil para o órgão gestor e conselhos gestores planejarem adequadamente os investimentos que são necessários nessas áreas.

Desde o ano 2000, quando foi publicada a Lei Federal nº 9.985, que institui o SNUC, os planos de manejo (PM) deveriam ser elaborados no prazo de cinco anos a partir da criação da UC. No caso da Área de Proteção Ambiental (APA) do Estuário do Rio Ceará, criada em 1999, teve seu plano de manejo elaborado em 2005, entretanto não sendo publicado, e desde então não foi efetivado e nem revisado.

Com o objetivo de reverter essa situação e assegurar a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais, o Governo do Estado, através do Programa de Desenvolvimento do Ceará (PRODETUR), dentro da componente de Gestão Ambiental, impulsionou a atualização e elaboração dos Planos de Manejo de algumas Unidades de Conservação estaduais.

Para a efetiva atualização da Unidade de Conservação, se faz necessário um breve contexto desde a sua criação.

Considerando que a Área de Proteção Ambiental (APA) do Estuário do Rio Ceará foi criada no ano 1999 pelo Governo do Estado do Ceará, por meio do Decreto Estadual Nº 25.413/99, face às peculiaridades ambientais do Estuário do Rio Ceará, o que a torna um ecossistema de grande valor ecológico e turístico, além de possuir natural fragilidade quanto ao equilíbrio ecológico, que está ameaçado em face das intervenções antrópicas, e, sobretudo, devido ao adensamento urbano no seu entorno;

Considerando que a conservação da biodiversidade existente na APA decorre tanto do seu valor ecológico, social e econômico, quanto do potencial histórico e cultural que envolve também a necessidade de valorização das comunidades tradicionais e indígenas que residem na UC;



Considerando que a APA do Estuário do Rio Ceará, criada no ano 1999, englobava territórios na divisa dos municípios de Fortaleza (Leste) e Caucaia (Oeste), Estado do Ceará, compreendendo uma área, inicialmente, de 2.744,89 hectares - ha (27,4489 km<sup>2</sup>), conforme consta textualmente no Decreto de criação – Decreto Estadual N° 25.413/1999. Todavia o arquivo *shape* oficial decorrente possuía uma área de 2.364,76 ha (23,6476 km<sup>2</sup>), o que exigiu estudos de retificação de poligonal com ajustes cartográficos em seu plano de manejo;

Considerando que através da Lei Estadual nº 16.607/2018 e do Decreto Estadual N° 32.761/2018 a Unidade de Conservação APA do Estuário do Rio Ceará recebeu nova área acrescida à sua poligonal, se denominando **Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará – Rio Maranguapinho**, com acréscimo de 1.147,55 hectares no Rio Maranguapinho, principal afluente do Rio Ceará;

Considerando que com este acréscimo de 1.147,55 hectares ocorreu sobreposição de áreas e que espacialmente (sem sobreposição) a APA do Estuário Rio Ceará – Rio Maranguapinho passou a ter 3.444,75 ha;

Considerando que o Governo do Estado vinha trabalhando com a ideia de instituição de uma Unidade de Conservação voltada exclusivamente ao Rio Maranguapinho, como forma de fortalecer a gestão deste território, com uma atuação mais incisiva sobre o Rio Maranguapinho, sem esquecer do Rio Ceará;

Considerando que os rios Maranguapinho e Ceará cruzam extensas áreas urbanas historicamente com elevada densidade de ocupação em suas margens (APP), e que para mitigar o impacto dessas ocupações indevidas foram desenvolvidas políticas de cunho socioambiental, com implantação de projetos urbanísticos voltados ao lazer e recreação, mobilidade urbana e delimitação da APP, além de ações de remoção e reassentamento dialogado das famílias ocupantes das áreas de risco, se fazendo necessário um trabalho de gestão efetivo, integrado e participativo para consolidar estas áreas num processo de recuperação ambiental, bem como atuar como facilitador ao empoderamento local de proteção ao meio ambiente e adequar estes territórios como de fato unidades de conservação, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal nº 9985/2000) e Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Lei Estadual nº 14.950/2011).

Considerando que os rios Ceará e Maranguapinho englobam ecossistemas com complexidades e especificidades locais, o Governo do Estado do Ceará pretende implementar em cada território o seu próprio regime jurídico de proteção legal, com seus próprios objetivos a serem alcançados e desafios a serem superados, a fim de trabalhar uma gestão integrada com vistas a alcançar a recuperação ambiental destes dois sistemas lóticos da Região Metropolitana de Fortaleza.

Com a revisão do Plano de Manejo da APA do Estuário do Rio Ceará e a publicação da Lei Estadual Nº 17.535, de 23 de junho de 2021, esta Unidade de Conservação abrange atualmente uma área protegida de 2.734,99 ha, já corrigidas as inconsistências referentes às coordenadas do memorial descritivo do decreto de criação e as antigas sobreposições com a UC APA do Rio Maranguapinho.

O Roteiro Metodológico de Planejamento do IBAMA (2002)<sup>1</sup>, tomado como referência para este trabalho, estabelece os procedimentos gerais para a elaboração dos diferentes estágios de planejamento. Também foi usado como base o Roteiro Metodológico do ICMBio (2018). Dentro dos componentes dos PM, o Encarte 1, de Contextualização da UC, enquadra a Unidade de Conservação nos cenários internacional, federal e estadual.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA UC

O presente Encarte aborda as características da Unidade de Conservação APA do Estuário do Rio Ceará, frente ao seu enquadramento como unidade de relevância no contexto internacional, federal e estadual, destacando as oportunidades de cooperação com organismos internacionais de potencial para apoio à UC, indicando as linhas de ação que podem ser importantes para a preservação dos principais valores sobre os quais se sustenta a declaração de significância da UC.

### 1.1. Enfoque Internacional

O sistema internacional de classificação de áreas naturais protegidas foi proposto pela *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), em 1994. Envolve um conjunto de seis categorias de manejo, estipuladas de acordo com os graus de intervenção antrópica e de naturalidade dos ambientes. A referida proposição pretendia firmar referenciais adequados e uma linguagem comum voltados para o manejo e gestão das áreas naturais protegidas<sup>2</sup>. O que se tem visto, ao longo do tempo, tem sido a mobilização de uma vigorosa agenda, dotada de um foro internacional, onde o tratamento dos conceitos que envolvem as áreas naturais protegidas vão sendo aprimorados, trazendo consigo os requisitos de planejamento, manejo e gestão necessários às mesmas e inseridos em traços que buscam identidades, passíveis de serem tratadas enquanto um sistema universal.

#### *Uma Breve Síntese Histórica*

A preocupação da estruturação de áreas naturais protegidas, bem como as tentativas de padronização conceitual dos tratamentos envolvidos pode ser referenciada numa retrospectiva datada a partir de um marco firmado em 1872. Naquele ano foi criado o Parque Nacional de Yellowstone (EUA), que inaugurava aquilo que veio a se tornar a concepção de áreas protegidas, que assegurassem as condições ambientais, dos

1 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento. Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Brasília, 2002

2 Gestão e Manejo de Áreas Naturais Protegidas: Contexto Internacional. Pellizzaro, P.C.; Hardt, L.P.A.; Hardt, C.; Hardt, M.; Sehli, D. A. cujo texto serviu de base para a parte histórica. A versão publicada em Ambiente e Sociedade, S. Paulo, v. VIII n. 1, p. 21-40, jan. a março 2015 tem o mesmo teor.

efeitos de destruição da natureza, decorrentes do crescimento urbano-industrial, que então se encontrava em marcha, com bastante intensidade em alguns territórios. Essa experiência de criação de parques nacionais foi seguida por alguns países entre os anos de 1885 e 1903<sup>3</sup>.

O avanço dos esforços de estruturação das bases conceituais teve uma tentativa de consolidação no ano de 1916, focada sobre três eixos: a manutenção de áreas com vistas às gerações futuras, como forma de garantir o benefício e a continuidade de desfrute do público; como espaço dotado de recursos naturais e históricos; e como processo de manejo orientado para a conservação dos recursos naturais<sup>4</sup>.

Em 1940, na Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Naturais dos Países Americanos em Washington (EUA) a pauta retomou os debates da Convenção realizada em Londres no ano de 1933, abordando a temática da proteção da biota em seu estado natural e resultou<sup>5</sup>:

- Na definição de quatro categorias de áreas naturais protegidas: Parque Nacional, Reserva Nacional, Monumento Natural e Reserva Restrita de Regiões Virgens;
- Na concepção de proteção total dos recursos naturais, palco dos conflitos entre a população local e o poder público.

Em 1948 foi realizada a Conferência de Fontainebleau (França), sob os auspícios da UNESCO, na qual foi instituída a *International Union of Nature Protection*, atual *International Union for Conservation of Nature* (IUCN, 2019)<sup>6</sup>.

Em 1960 foi instituída a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas junto à IUCN visando tanto promover e monitorar esses espaços, quanto orientar a aplicação e prática dos respectivos manejos. Em seguida, em 1962, no 1º Congresso Mundial sobre Parques Nacionais realizado em Seattle (EUA), foram aventadas as possibilidades de exploração econômica desses locais.

Segue-se uma série de eventos: a Conferência da Biosfera, em 1968, em Paris (França), a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, em 1971, em Ramsar (Irã), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo (Suécia), durante os quais se apresentam as primeiras abordagens envolvendo a concepção de ecodesenvolvimento, e que, posteriormente seria referenciada como desenvolvimento sustentável. Ainda em 1972, na XI Assembleia Geral da IUCN ocorrida em Banff (Canadá)<sup>7</sup>, foi incorporada a concepção de exploração de recursos naturais e a ocupação humana em parques nacionais tendo por base o zoneamento dessas áreas.

---

3 Op.cit. p.3

4 Miller, K. R. Planificación de Parques Nacionales para el ecodesarrollo em Latinoamérica, Madrid, 1980; apud Araujo cit por Pellizzaro e Hardts, op. cit.

5 DECRETO No 58.054, de 23 de março de 1966 que promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.

6 IUCN, 2019. About the IUCN. Our history. Disponível em: <https://www.iucn.org/about>. Acessado em novembro de 2018.

7 Banff é um município canadense que se localiza dentro do Parque Nacional de Banff.

Em 1975 a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas da IUCN começou a desenvolver um sistema internacional de classificação de áreas protegidas que foi concluído e publicado em 1978, envolvendo dez categorias de manejo: Reserva Científica; Parque Nacional; Monumento Natural (Monumento Nacional); Reserva de Conservação da Natureza; Paisagem Protegida; Reserva de Recursos Naturais; Reserva Antropológica; Área Natural Manejada com Finalidade de Utilização Múltipla; Reserva de Biosfera e Sítio Natural do Patrimônio Mundial <sup>8</sup>.

Pellizzaro *et al.* (2015)<sup>9</sup>, assinalam que no 3º Congresso Mundial de Parques, realizado em 1982, em Bali (Indonésia), *“foi considerada uma importante inflexão, pois foram discutidas, de forma conjunta, questões relacionadas às áreas naturais protegidas e o desenvolvimento regional, assim como a importância do envolvimento das comunidades locais e dos povos indígenas. A partir do documento Bali Action Plan, essas populações passaram a ser consideradas atores atuantes no manejo dos recursos naturais e não apenas usuárias, fato importante para o estabelecimento legal de áreas protegidas com ocupação humana”* <sup>10</sup>.

Na XIX Assembleia Geral da IUCN, ocorrida em 1994 em Buenos Aires (Argentina), uma nova classificação de áreas naturais protegidas foi definida, envolvendo as seis categorias de manejo pertencentes ao Sistema Internacional de Áreas Protegidas (SIANP): Reserva Nacional Estrita ou Área Silvestre; Parque Nacional; Monumento Natural; Santuário da Vida Silvestre; Paisagem Terrestre/ Marinha Protegida e Área Protegida com Recursos Manejados<sup>11</sup>.

Na Conferência “Áreas Protegidas no Século XXI: de ilhas a redes”, realizada, em 1997, pela Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, em Albany (Austrália), foram definidos os desafios a serem enfrentados pelas áreas naturais protegidas: a necessária alteração de enfoque dessas, de ilhas, para redes; a necessidade de manejo para as comunidades locais e com o seu apoio; a ampliação dos padrões de gestão e capacitação para enfrentamento dos desafios identificados (IUCN, 2008)<sup>8</sup>. Também foi apresentada a relevância das áreas protegidas nos aspectos econômicos, sociais e ambientais da sociedade atual.

Segundo a IUCN o Sistema Internacional de Áreas Protegidas tem buscado ensejar um diálogo mais claro entre as categorias de manejo, com base em normas que tornem possíveis as comparações entre sistemas nacionais, assim como a qualificação e monitoramento das áreas naturais protegidas.

---

8 ARAÚJO, M. A. R. Unidades de conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: Segrac, 2007; apud Pellizzaro et alii., op. cit.

9 PELLIZZARO, P.C.; HARDT, L.P.A.; HARDT, C.; HARDT, M. e SEHLI, D.A. Gestão e manejo das áreas naturais protegidas. Contexto Internacional. Em: Ambiente & Sociedade, São Paulo v. XVIII, n. 1, p. 21-40, jan.-mar. 2015

10 ARAÚJO, M. A. R. Unidades de conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: Segrac, 2007; apud Pellizzaro et alii., op. cit.; BRITO, D. M. C. Conflitos em unidades de conservação. PRACS– Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais. Macapá, 2008.

11 International Union for Conservation of Nature (IUCN), 2008. Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/paps-016-es.pdf>. Acessado: dezembro de 2018.

### 1.1.1. Análise da Unidade de Conservação frente à sua situação de inserção em Reserva da Biosfera ou outros atos declaratórios internacionais.

As Reservas de Biosfera foram criadas pela UNESCO em 1972, tendo por base o programa "O Homem e a Biosfera" (MaB), sendo desenvolvido conjuntamente com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a IUCN e com agências internacionais de desenvolvimento. Compõem uma rede mundial de áreas que tem por finalidade a Pesquisa Cooperativa, a Conservação do Patrimônio Natural e Cultural e a Promoção do Desenvolvimento Sustentável. A Rede Mundial de Reservas da Biosfera é composta por 631 reservas da biosfera localizadas em 119 países, incluindo 14 sítios transfronteiriços/transcontinentais<sup>12</sup>.

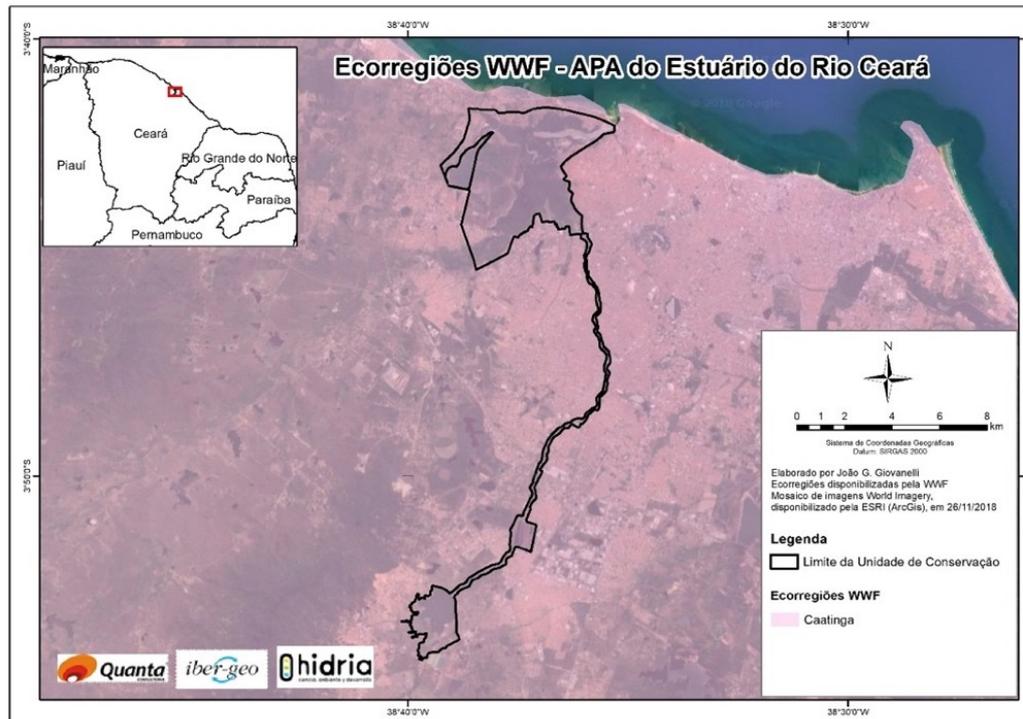
O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em seu capítulo XI, reconhece a Reserva da Biosfera como "*um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais*". No Brasil, a primeira Reserva da Biosfera foi criada em 1992, com o intuito de salvar os remanescentes de Mata Atlântica, que se encontrava amplamente dizimada. O Programa Internacional "O Homem e a Biosfera" (MaB) aprovou, em outubro de 1993, dois outros projetos propostos pelo Brasil: a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, integrada com a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e a Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal. Em 2001 foi criada a Reserva da Biosfera da Caatinga, que cobria uma área de 198.000 Km<sup>2</sup>. Ao todo, são sete Reservas da Biosfera no país: Mata Atlântica, Cinturão Verde de São Paulo, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Amazônia Central e Serra do Espinhaço<sup>13</sup>.

A UC da APA do Estuário do Rio Ceará faz parte da área da Reserva de Biosfera da Mata Atlântica, como extensão do meio que propicia a presença de focos da mesma no município de Caucaia. Esta APA se insere na ecorregião Caatinga, que possui 430.566,40 km<sup>2</sup> (57,1%) de remanescentes naturais. De acordo com o Laboratório de Biogeografia da Conservação da Universidade Federal de Goiás, esta região possui média prioridade de conservação, tomando como referência o percentual de cobertura vegetal remanescente (Figura 1).

### Figura 1. Mapa mostrando a inserção da Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará na ecorregião Caatinga

12 Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Programa, Reservas da Biosfera no Brasil. Disponível em: [unesco.org](http://unesco.org); acessado: dezembro de 2018 em 2018

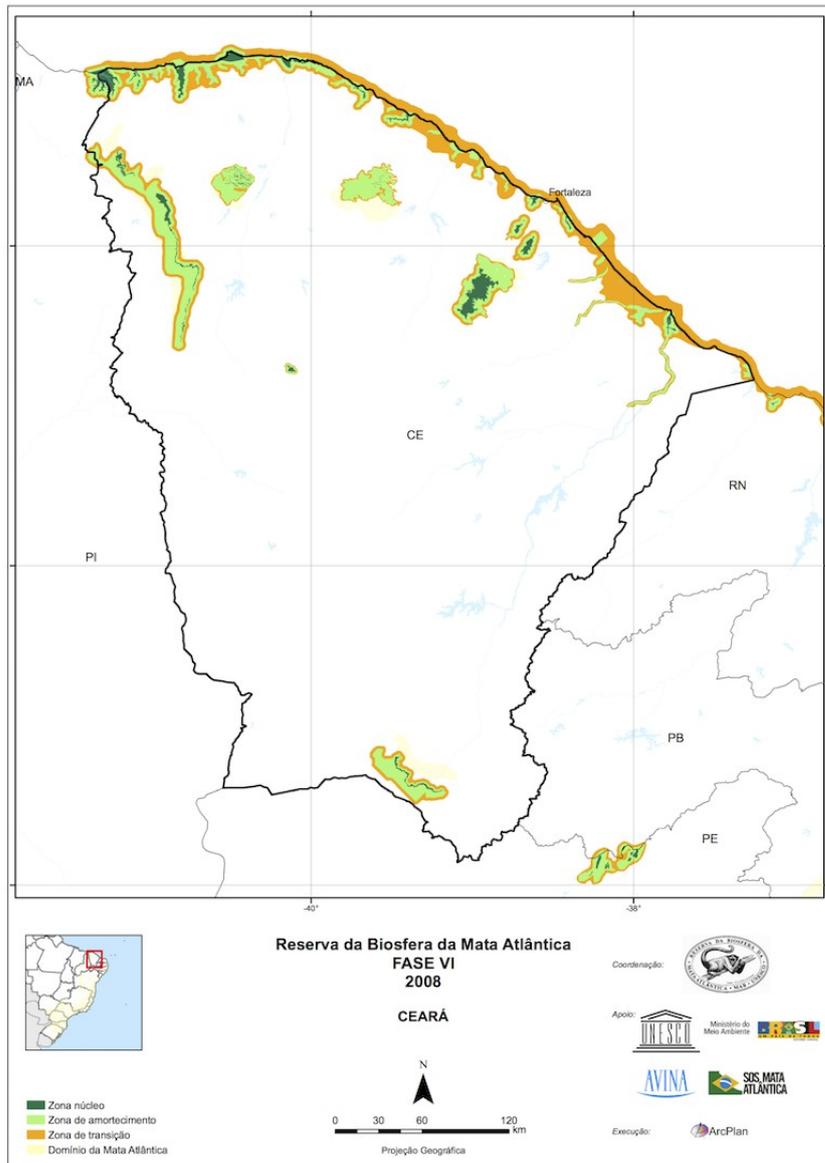
13 Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA), Reserva da Biosfera, disponível em: [mm.gov.br](http://mm.gov.br), acessado em 2018.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados das ecorregiões da WWF, 2018

A Reserva da Biosfera Mata Atlântica presente no Ceará ocupa uma área relativamente exígua, conforme mostra a Figura 2 a seguir, e envolve a UC da APA do Estuário do Rio Ceará na sua porção litorânea.

Figura 2. Mapa de abrangência da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Fase VI/2008. Detalhamento da proposta no estado do Ceará



Fonte: Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2008 ([www.rbma.org.br](http://www.rbma.org.br))

A Mata Atlântica presente no Ceará ocupa uma área total de 1.873 km<sup>2</sup> e está localizada de maneira dispersa em dez regiões: Chapada do Araripe, Litoral, Chapada do Ibiapaba, Serra da Aratanha, Serra de Baturité, Serra do Machado, Serra das Matas, Serra de Maranguape, Serra da Meruoca e Serra de Uruburetama, ocupando total ou parcialmente 67 municípios.

Como em boa parte do nordeste do Brasil, é no litoral do Estado que se verifica a maior agressão à biodiversidade dos ecossistemas associados à Mata Atlântica: manguezais, restingas e vegetação de dunas. A redução das áreas de manguezal se explica pelo desmatamento, uso incompatível do solo, com ênfase nas implantações de salinas, já extintas, e associado à expansão de complexos residenciais e turísticos. A vegetação de restinga tem sua redução também associada ao turismo e à expansão

da agricultura”. “De acordo com dados obtidos no mapeamento realizado pela Sociedade Nordestina de Ecologia-SNE em 2004, verifica-se que apenas 14 municípios (Amontada, Barbalha, Barroquinha, Beberibe, Camocim, Crato, Fortim, Guaramiranga, Meruoca, Mulungu, Pacatuba, Pacoti, Paracuru e Paraipaba), dentre os que possuem vegetação mapeada, obtiveram um valor acima de 10% de área municipal recoberta com relação à Mata Atlântica e Ecossistemas Associados no Estado do Ceará<sup>14</sup>.

Segundo a última atualização do Atlas da Mata Atlântica publicado pela SOS Mata Atlântica<sup>15</sup>, o estado do Ceará é o que apresentou menos desmatamentos, com um valor de 5 ha, o que supõe uma redução de 47% com relação ao período anterior de 2015-2016, no que foram desmatadas 9 há. Além disso, a SOS Mata Atlântica fez uma radiografia do desmatamento no Estado do Ceará<sup>16</sup> encontrando que os municípios do Ceará que mais conservam a Mata Atlântica e que atualmente superam o 10% de área municipal recoberta com vegetação nativa são: Guaramiranga, Pacoti, Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha e Chaval. Pacatuba, Aracati, Frecheirinha e Beberibe se encontram entre os 10 municípios que mais conservaram a vegetação nativa, porém, a recoberta atual não chega ao 10% da área desses municípios.

Os resultados demonstram uma questão de relevância na gestão da Mata Atlântica do Nordeste: a vegetação protegida em unidades de conservação (UCs) no Estado representa 44,86% (84.018,40 ha) do total da vegetação mapeada (187.286,41 ha). Embora, desse percentual protegido, apenas 25,72% (21.610,59 ha) estejam em unidades de conservação de proteção integral, os relatos de campo indicam que a presença de uma unidade de conservação, mesmo que de uso sustentável, mas de grande abrangência, como as APAs, tem exercido grande influência na conservação dos remanescentes de Mata Atlântica no Estado<sup>17</sup>.

Com relação a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, verifica-se que a Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará se insere em regiões de ocorrência de zonas núcleos, amortecimento e transição da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Ceará. Esta informação ressalta a importância para definição de um zoneamento que proteja áreas consideráveis do Bioma Mata Atlântica em seus limites.

O método de categorização da IUCN é atualmente dominante a nível internacional, tendo sido adotado por múltiplos governos nacionais, estaduais e regionais, além de organizações internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas e a Convenção sobre a Diversidade Biológica. A Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará se enquadra na Categoria VI: Áreas protegidas que conservam ecossistemas e habitats, juntamente com valores culturais associados e sistemas

14 RBMA, 2018. Site da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Disponível em: [http:// www.rbma.org.br](http://www.rbma.org.br), acessado em dezembro de 2018.

15 SOS Mata Atlântica (SOSMA), 2018. Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica. Período 2016-2017. Disponível em: [https://www.sosma.org.br/link/Atlas\\_Mata\\_Atlantica\\_2016-2017\\_relatorio\\_tecnico\\_2018\\_final.pdf](https://www.sosma.org.br/link/Atlas_Mata_Atlantica_2016-2017_relatorio_tecnico_2018_final.pdf) Acessado em janeiro de 2019.

16 SOS Mata Atlântica (SOSMA), 2016. Atlas da Mata Atlântica faz radiografia do desmatamento no Ceará. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Atlas-munic%C3%ADpios-SOS-Ceara.pdf>. Acesado em janeiro de 2019

17 Vide [http:// www.rbma.org.br](http://www.rbma.org.br)

tradicionais de gestão de recursos naturais. Geralmente elas são de grande extensão, com a maior parte de sua área em condição natural, onde uma parte está submetida a uma gestão sustentável dos recursos naturais, e onde o uso de baixo impacto e não-industrial dos recursos naturais, compatível com a conservação da natureza, é visto como um dos principais objetivos da área (IUCN, 2018)<sup>18</sup>.

O Brasil é signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) assinada em 1992. A CDB foi estabelecida durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD - ECO-92). Dessa maneira, o país, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) realizou, entre os anos de 1998 e 2000, em atendimento às prerrogativas da CDB (dentre outras), a primeira “Avaliação e Identificação das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação dos Biomas Brasileiros”. No final do processo, foram definidas 900 áreas, estabelecidas pelo Decreto nº 5.092, de 24 de maio de 2004, e instituídas pela Portaria MMA nº 126, de 27 de maio de 2004. As áreas foram atualizadas pela primeira vez por meio da Portaria MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007 e, posteriormente, uma segunda atualização mediante a Portaria MMA nº 223, de 21 de junho de 2016.

A “Avaliação e Identificação das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação dos Biomas Brasileiros” incluiu a totalidade do estado do Ceará no Bioma Caatinga, incluindo a zona costeira, sendo esta porção territorial considerada uma “zona de transição” entre os Biomas da Mata Atlântica e Caatinga (segundo o Conselho Nacional Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004), além de abranger algumas “áreas núcleos”.

A Unidade de Conservação abrange diversidade de formações da planície litorânea, mais precisamente, das formações do ambiente de estuário, resultante da interação fluviomarina, os manguezais que correspondem a unidades de singular formação e beleza cênica. Nestes ambientes, variedades de espécies são dependentes desses ecossistemas, por exemplo, para procriação e abrigo. Neste contexto, as unidades geoambientais presentes no litoral cearense tornam-se direta e indiretamente integrantes dos objetivos destas Convenções de âmbito internacional.

Por conseguinte, toda a região onde se insere a Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará faz jus às ações e deliberações que corroboraram com a criação de uma UC e, conseqüentemente, com a elaboração de seu Plano de Manejo por possuir áreas ambientalmente frágeis e relevantes à proteção, a integrar a lista de “Áreas Prioritárias para a Conservação”, conforme determina diretamente a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

### 1.1.2. Oportunidades de Compromissos com Organismos Internacionais

As oportunidades envolvendo tanto possibilidades quanto compromissos firmados com Organizações Internacionais não tem se apresentado objetivamente. O fato da APA do Estuário do Rio Ceará estar enquadrada na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pode abrir possibilidades amplas de pleitos para reconhecimentos e captação de recursos externos, envolvendo a UNESCO, o PNUMA e a WWF. Contudo, não há

---

18 International Union for Conservation of Nature (IUCN), 2008. Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/paps-016-es.pdf>. Acessado: dezembro de 2018.

nenhuma evidência de que o respectivo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera mostre gestões nesse sentido, envolvendo toda a sua área de atuação no Ceará.

A UC integra o grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, a qual tem como objetivo básico conservar o meio ambiente e promover o uso sustentável conciliando atividades antrópicas e a conservação dos atributos naturais, permitindo a contínua exploração econômica e minimizando os impactos de suas atividades sobre o meio ambiente. Nesta UC, os atributos naturais, do ponto de vista do meio físico, referem-se às formas e processos presentes na planície litorânea como as resultantes da interação fluvio-marinha, e dos ambientes fluviais e lacustres, fazendo com que a área protegida venha a corroborar com as oportunidades de compromissos (convenções, acordos e tratados) com organismos internacionais, de forma direta ou mesmo indireta, segundo um sistema representativo e efetivo de áreas protegidas o qual integra uma estratégia global de conservação de biodiversidade, pactuados como metas a serem cumpridas pelos países signatários, por exemplo, a Convenção de Diversidade Biológica (CDB).

### **1.1.3. Acordos internacionais**

Diante dos atributos biofísicos, a área protegida corresponde a eminente campo de oportunidades para o estabelecimento de acordos de cooperação internacionais, os quais denotam novas relações internacionais em direção a ampliação de garantias fundamentais, que vão além dos princípios da busca da dignidade humana, mais também garantias que buscam a preservação e a conservação ambientais sob o viés do desenvolvimento sustentável.

## **1.2. Enfoque Federal**

Os ambientes costeiros ou litorâneos em especial aqueles que abrigam paisagens formadas por planícies fluvio-lacustres e campos de dunas, correspondem naturalmente aos sítios frágeis e instáveis, pois são constantemente submetidos às ações de deposição eólica, ações de ondas, marés e correntes marítimas, além das interferências antrópicas quanto ao uso e ocupação. Desta forma, estes ambientes devem integrar variados tipos e categorias de um sistema de áreas protegidas, em especial em sítios prioritários à conservação como os Biomas da Mata Atlântica, Caatinga e ambientes de transição (ecótonos).

A APA do Estuário do Rio Ceará possui o objetivo básico de proteger os processos naturais da planície fluvio-marinha, como a dinâmica de transporte de sedimentos, assegurando suas singularidades ambientais, como a manutenção dos processos naturais do estuário, bem como a proteção às demais morfologias do ambiente.

### **1.2.1. A Unidade de Conservação e o Cenário Federal.**

Os tipos de vegetação existentes pertencem ao Domínio Extra-Amazônico com as áreas das formações pioneiras com influência marinha e fluvio-marinha (vegetação de restinga, manguezal e campo salino), áreas de formações pioneiras com influências fluvial e lacustre (vegetação de planícies fluviais e lacustres), Floresta Estacional Semi-decidual (transição ecológica) e Savana (Cerrado).

De acordo com Fernandes (1998)<sup>19</sup>, a unidade correspondente ao Herbeto Campesino inclui a Vegetação Pioneira Psamófila e a Vegetação Halofítica Gramíneo Herbácea. O Arboreto Edáfico Marino-Limoso corresponde ao tipo de Vegetação Paludosa Marítima de Mangue. O Arboreto Edáfico Marino Arenoso compreende a Vegetação Subperenifólia de Dunas e a Vegetação Subcaducifólia de Tabuleiro. O Arboreto Edáfico Fluvial, compreende a Vegetação Subcaducifólia de Várzea e a Vegetação Aquática Lacustre.

Há ainda, na transição dos tabuleiros com os sertões e níveis residuais de serras, os seguintes tipos de vegetação: Arboreto Climático Estacional Caducifólio Xerofílico (Caatinga Arbórea), Climático Estacional Semi-Caducifólio Mesomórfico (Mata Seca), Climático Pluvial (Mata Úmida), Climático Estacional Semi-Caducifólio Escleromórfico (Cerrado) e Fruticeto Estacional Caducifólio Xeromórfico (Caatinga Arbustiva).

No âmbito do planejamento estratégico para o desenvolvimento das UCs, a principal manifestação de envolvimento da UC da APA do Estuário do Rio Ceará no cenário federal encontra-se vinculada à participação dos municípios de Fortaleza e Caucaia no Programa PRODETUR Nordeste e posteriormente no PRODETUR Nacional. O referido projeto, que se encontra voltado ao desenvolvimento do turismo, inclui dentre os seus propósitos o referencial ao desenvolvimento sustentável e apoio às ações voltadas para a área de proteção do estuário e seu acesso. Por se encontrar muito próximo da área do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em parte situado no município de Caucaia, assim como de Fortaleza, a área deve ser contemplada com esforços reguladores voltados para a sua preservação, que, no entanto, vem se ressentindo dos efeitos de um desgaste em sua utilização e desfrute. Como parte interessada e apoiador dos Planos de Manejo de ambas as áreas, o Ministério do Turismo, em âmbito federal, constitui presença destacada na representação da participação federal junto à UC.

No âmbito da atuação dos Conselhos Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que se encontram vinculados à esfera federal, como foi afirmado, não se vislumbra, até o presente qualquer, ação destinada a resultar algum apoio dotado de efetividade sistêmica que abranja a UC.

### 1.2.2.A Unidade de Conservação e o SNUC

A APA do Estuário do Rio Ceará situada na porção Oeste do município de Fortaleza e na porção Leste do município de Caucaia, no estado do Ceará, se encontra inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Ceará. Foi instituída pelo Decreto Estadual nº 25.413 de 29/03/1999, e tem se enquadrado dentro dos referenciais internacionais de áreas de proteção ambiental, que no caso tem seu perímetro decorrente da planície fluvial estuarina da desembocadura do Rio Ceará, que foi o palco inicial da colonização do território no século XVI.

A APA é uma área com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos e bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e bem-estar da população humana, e tem por objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso

---

19  
1998. 339 p.

FERNANDES, A. G. Fitogeografia brasileira. Fortaleza: Multigraf,

dos recursos naturais (Art.15 da Lei nº 9985/2000). Envolve, conforme dispõe textualmente o decreto original, uma área de 2.741,26 hectares, e se encontra numa área de adensamento urbano em Fortaleza, e também dispersa em núcleos incrustados na cidade de Caucaia, adensadas após a construção da ponte sobre o Rio Ceará. Abriga parte da área da Reserva indígena dos Tapeba.

A importância da UC APA do Estuário do Rio Ceará para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação tem a ver com o afastamento da noção de ilha, para a concepção de rede, que foi resultado das conclusões da Conferência “Áreas Protegidas no Século XXI: de ilhas a redes”, realizada em 1997, pela Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, em Albany (Austrália). A implementação de seu Plano de Manejo garantindo o envolvimento direto das comunidades, notadamente dos indígenas Tapebas, de boas práticas e de se disseminar em relação a outras áreas protegidas. Afinal, a concepção de instalação de um sistema traz consigo um conjunto de efeitos de que se beneficia todo o conjunto envolvido.

Os ambientes costeiros correspondem, sobremaneira, a espaços com características naturais relevantes, e às unidades de conservação de uso sustentável, em especial da categoria **Área de Proteção Ambiental** possuem destaque, pois asseguram e buscam proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A Área de Proteção Ambiental é instituída por um ato do poder público e tal categoria foi criada pelo artigo 14º do SNUC.

No Estado do Ceará, conforme Cadastro Estadual das Unidades de Conservação (CEUC) (SEMA, 2022)<sup>20</sup>, existem mais vinte e cinco (25) Áreas de Proteção Ambiental que abrangem ecossistemas da Planície Litorânea, sendo seis delas de âmbito municipal, quatro federais e quinze estaduais, a saber:

### Municipais

- APA DA PRAIA DA PONTA GROSSA;
- APA DE CANOA QUEBRADA;
- APA DO MANGUEZAL DA BARRA GRANDE;
- APA LAGOA DE SACO DO BARRO;
- APA DA LAGOA DA MARAPONGA;
- APA DA LAGOA DA BASTIANA.

20

Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), 2018. Cadastro Estadual de Unidades de Conservação. Acessível em: <https://www.sema.ce.gov.br/cadastro-estadual-de-unidade-de-conservacao-ceuc/>, acessado em: fevereiro, 2022.



### Federais

- APA SERRA DA MERUOCA;
- APA SERRA DA IBIAPABA;
- APA CHAPADA DO ARARIPE;
- APA DELTA DO PARNAÍBA.

### Estaduais

- APA DA BICA DO IPU;
- APA DA LAGOA DE JIJOCA;
- APA DAS DUNAS DO PARACURU;
- APA DO ESTUÁRIO DO RIO CURU
- APA DAS DUNAS DA LAGOINHA;
- APA ESTUÁRIO DO RIO MUNDAÚ;
- APA DO RIO PACOTI;
- APA DA LAGOA DO URUAÚ;
- APA DA SERRA DA ARATANHA;
- APA DAS DUNAS DO LITORAL OESTE;
- APA DA SERRA DE BATURITÉ;
- APA DO LAGAMAR DO CAUÍPE;
- APA DO RIO MARANGUAPINHO;
- APA DO BOQUEIRÃO DO POTI;
- APA BERÇÁRIOS DA VIDA MARINHA.

Cabe mencionar que a APA das Dunas do Litoral Oeste substituiu a APA do Pecém (Estadual), estando situada nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Paracuru).

Assim, a importância e representatividade da APA do Estuário do Rio Ceará se fazem pertinentes, tendo em vista o grande enfoque das unidades de conservação desta

categoria no Estado, e por proteger paisagem de relevância ambiental, sobretudo do ponto de vista de seu funcionamento como regulador da dinâmica costeira local.

### 1.3. Enfoque Estadual

A nível estadual a Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará está situada no Setor III da Costa Oeste<sup>21</sup>.

A área protegida compreende a porção oeste do litoral do estado, administrativamente nos municípios de Caucaia e Fortaleza, na bacia hidrográfica metropolitana, na sub-bacia do rio Ceará. Trata-se de um sistema estuarino, com a planície fluvial, tabuleiros e manguezal. O ambiente se configura pelas ações fluviomarinhas e eólicas, em áreas de transição, tendendo à estabilidade quando em equilíbrio ecológico. Contudo, a relevância da UC se dá pela problemática promovidas pela especulação imobiliária, intensa ocupação de áreas de preservação permanente (APP), falta de saneamento, promovendo o desmatamento desordenado do manguezal e matas ciliares, afetando o frágil equilíbrio ecológico do sistema.

A vegetação típica desta planície é composta pelo Complexo Vegetacional Litorâneo: vegetação pioneira psamófila, vegetação das dunas fixas e manguezais. A vegetação pioneira psamófila fica localizada nos setores de alta praia, áreas de dunas semifixas e nos corredores interdunares, sendo as espécies bem adaptadas aos ambientes de terrenos arenosos e salinos. Expõe-se como um estrato rasteiro ou gramíneo herbáceo.

Nas dunas fixas encontradas na região onde se insere a APA, ligadas aos ambientes litorâneos onde a influência da maré é menor, as espécies têm maior porte e padrão arbóreo-arbustivo, sobretudo à sotavento. Voltadas para barlavento, as encostas das dunas têm vegetação de menor porte.

Nas planícies fluviomarinhas o destaque é a ocorrência de manguezais. Trata-se de meio lodoso, com cores escuras e parcial ou totalmente submerso. As espécies têm médio porte e emitem raízes adventícias. Verificam-se marcas de degradação nos diversos manguezais da costa do Ceará, em especial nas planícies fluviomarinhas do rio Jaguaribe e Pirangi. As espécies que predominam são o mangue-preto ou siriúba (*Avicenia germinans*), mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) e mangue-de-botão (*Conocarpus erectus*).

Nas planícies fluviais, ambientes típicos das matas ciliares, a carnaúba (*Copernicia prunifera*) é a espécie mais frequente, associando-se a outras plantas de porte arbóreo e a gramíneas.

Nos tabuleiros, a vegetação corresponde a um complexo mosaico florístico que inclui espécies de matas, das caatingas e dos cerrados. Fisionomicamente, percebe-se que apesar da descaracterização paisagística motivada pela intensidade de uso e ocupação da terra, há ocorrência de plantas adensadas e com porte arbóreo-arbustivo.

---

21

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). As Regiões de Planejamento do Estado do Ceará. Textos para Discussão, no. 111, Novembro de 2015

Nos maciços residuais, existe a ocorrência de vegetação com características de matas pluvio-nebulares que compõem enclaves do bioma da Mata Atlântica. Existe também a ocorrência de caatingas com variados padrões fisionômicos e florísticos, sendo que o padrão arbóreo só chega a prevalecer onde a semiaridez é mais moderada e onde os solos tem melhores condições de fertilidade natural.

### 1.3.1. Implicações Ambientais

A importância da existência de unidades de conservação na zona costeira do Ceará corrobora a proteção dos ambientes que denotam significativa fragilidade ambiental e também vulnerabilidades quanto às atividades humanas. Problemas que afetam à faixa litorânea do Ceará são detectáveis de modo eminente, alguns comuns a toda zona costeira, outros afetam mais diretamente à área densamente povoada da Região Metropolitana e Fortaleza (RMF) e do Litoral Ocidental do Estado onde está localizada a APA do Estuário do Rio Ceará.

A área protegida pode ser considerada como um fator positivo em proposições para a gama de possibilidades de formação de mosaicos ecológicos, haja vista a conexão com o Parque Estadual Botânico do Ceará. Suas implicações são benéficas aos frágeis ecossistemas na cessão do processo de fragmentação de habitats e degradação dos sítios físicos. O processo predatório dinamizado por ações antrópicas, a erosão da linha de costa, desmatamentos de manguezais e de matas ciliares às margens da planície fluvial, causando o assoreamento ou aterramento de lagoas ou de áreas de acumulação inundáveis, enchentes, poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, disposição de resíduos sólidos, impactos de mineração, ocupação irregular do entorno imediato do corpo hídrico, são alguns dos impactos ambientais observados que denotam a necessidade de conservar os recursos naturais existentes, bem como a importância do manejo da UC e da criação de outras áreas protegidas ambientalmente.

As implicações da correta implementação da UC com todos os elementos que demarcam as etapas e ações planejadas, soluções dotadas de racionalidade e compreensão por parte dos agentes envolvidos, que passam a ser sujeitos dessas ações, fazem parte do tratamento a ser firmado na área da UC e sua zona de entorno. O tratamento de tais ações deve considerar o licenciamento ambiental gerido pela SEMACE requerido para as atividades, obras ou empreendimentos potencialmente utilizadores de recursos ambientais segundo os anexos I, II e III da Resolução COEMA nº 10/2015, alterada pela Resolução COEMA nº 22/2016<sup>22</sup>.

As expectativas e os benefícios decorrentes, também não fogem da concepção da boa desenvoltura da competência estadual em relação ao sistema ambiental como um todo, e os multiplicadores que advém de sucessos alcançados e compartilhados. Por se tratar de uma área que conta com demanda turística e de visitantes, com fluxos intensos durante todo o ano e que se intensificam nas épocas de pico, como nas férias de julho e janeiro. Essa tem sido a forma de reunião de agentes que operam com interesses variados e muitas vezes antagônicos, o disciplinamento das atividades e as restrições de usos do solo, coleta e disposição final do lixo, barracas de praia, tendem

22

SEMACE, 2015. Resolução COEMA nº 10/2015 - Dispõe sobre a atualização dos procedimentos, critérios, parâmetros e custos aplicados aos processos de licenciamento e autorização ambiental no âmbito da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE

a se tornar direcionados para garantir o desenvolvimento possível, acompanhado da sustentabilidade desejável.

Além disso, deve ser destacado o fato de que a UC encontra-se inserida numa área com a ocorrência de atividades como agricultura de subsistência, pesca artesanal, e produção de artesanato, que se confrontam com um envoltório que tende a ser o maior polo industrial e portuário do Estado – o CIPP, e sua respectiva Zona de Processamento de Exportações (ZPE), além de um provável novo aeroporto internacional<sup>23</sup>, onde é sensível a reatividade do setor imobiliário que se expande, acompanhado de toda a debilidade e mesmo grandes lacunas de planejamento que ajudem a garantir a preservação e o desenvolvimento sustentável e integrado dos usos urbanos.

### 1.3.2. Implicações Institucionais

No âmbito estadual, deve se admitir que existe uma convergência de ações e intervenções decorrentes de programas, projetos e atividades que se sobrepõem, e nem sempre se encontram conjugados no território da UC. A seguir, são compiladas diferentes intervenções que envolvem instituições em âmbitos diversos, tendo como foco principalmente às comunidades ligadas à região na qual se insere a APA do Estuário do Rio Ceará. Os âmbitos envolvidos são: desenvolvimento agrário, regularização fundiária, assistência social e serviços básicos, apoio a crianças e adolescentes, educação, saúde, trabalho e empreendedorismo, artesanato e economia solidária, cultura, turismo e infraestrutura.

O Quadro 1 apresenta um resumo das instituições envolvidas em cada um dos setores.

#### Quadro 1. Oportunidades de envolvimento institucional para os setores prioritários com implicações para a gestão da UC

Prioridades de ação	Instituições envolvidas
<b>Desenvolvimento agrário</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDACE)
<b>Regularização fundiária</b>	Instituto do Desenvolvimento Agrário (IDACE), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário
<b>Assistência social e serviços básicos</b>	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), Prefeituras Municipais, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)  Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Caucaia

23

Governo do Estado do Ceará, 2018. "Expansão do Aeroporto de Fortaleza marca desenvolvimento da economia cearense". Publicado o 19 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/06/19/expansao-do-aeroporto-de-fortaleza-marca-desenvolvimento-da-economia-e-do-turismo-cearense/>. Acessado em janeiro de 2019.

Prioridades de ação	Instituições envolvidas
<b>Apoio a crianças e adolescentes</b>	Governo do Estado do Ceará e Prefeituras Municipais  Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Caucaia
<b>Educação e saúde</b>	Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE), Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR), Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP)  Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Caucaia
<b>Trabalho e empreendedorismo</b>	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS)  Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego e Empreendedorismo de Caucaia  Secretaria Municipal de Saúde de Caucaia
<b>Cultura e artesanato</b>	Coordenadoria do Artesanato e Economia Solidária da STDS (CEART), Fundo Especial de Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato (FUNDART), Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – SECULT, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Caucaia
<b>Turismo e infraestrutura</b>	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR-CE), Ministério do Turismo (MTUR)  Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Caucaia  Secretaria Municipal de Infraestrutura de Caucaia

Fonte: elaboração própria, 2018

A seguir são detalhados exemplos de projetos e iniciativas que propiciam oportunidades de cooperação e integração com a UC.

*a) Desenvolvimento agrário*

O Projeto São José III (PSJ III), envolvendo a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDACE) e Banco Mundial (BIRD), tem como foco o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento das comunidades rurais, com ações de financiamento de projetos produtivos, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar. Desde 2015,

o Governo do Estado, através do São José III, entregou 434 sistemas de abastecimento e 212 módulos sanitários, beneficiando 59.406 famílias, totalizando recursos na ordem de R\$ 194.350.830,56. Outros 15 sistemas de reuso de água foram entregues, beneficiando 15 famílias, com investimento total de R\$ 321 mil (segundo informações do Governo do Estado<sup>24</sup>). Os projetos produtivos concluídos e implantados até 31 de outubro de 2017, incluem o município de Caucaia, e outros 220 projetos são previstos para entrega até março de 2019. O pacote de ações que contempla 29 convênios de apicultura, sete de fruticultura e quatro de ovinocaprinocultura vai atender a 40 comunidades de 33 municípios do Ceará, incluindo Caucaia.

#### *b) Programa de Regularização Fundiária do Governo do Estado*

O IDACE, que sucedeu ao ITERCE, sendo criado em 1987, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDACE), é o órgão responsável pela política fundiária do Ceará. Incorpora todas as atribuições executivas que seu antecessor possuía, e também os novos papéis ligados diretamente à ação de redistribuição de terras, inclusive a cartografia, geoprocessamento e os processos de reassentamento. Segundo informações do IDACE, o Ceará dispõe de uma área territorial estimada em 14.867.674 hectares, com previsão de cadastrar 260.846 imóveis rurais, e a regularização de posses com a emissão de 182 mil títulos e benefícios a 209.300 produtores rurais e agricultores familiares. Isso já implicou em medição de 9.329.719 hectares com o georreferenciamento de 199.782 imóveis rurais e 116.551 posses no Estado. Iniciado em 2007, o programa de regularização fundiária tem previsão de cadastrar e georreferenciar a área rural da totalidade dos municípios do Ceará até 2020<sup>25</sup>.

É importante envolver no processo de planejamento e implementação do Plano de Manejo à Secretaria de Desenvolvimento Agrário e IDACE, incorporando aos trabalhos de mapeamento para a gestão da UC os dados sobre a regularização fundiária no Litoral Oeste e mais especificamente no município de Caucaia.

#### *c) Assistência Social*

Assistência social, trabalho, emprego e renda, segurança alimentar e nutricional encontram-se voltadas para a promoção da inclusão social das famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social que se vinculam frequentemente às condições de extrema pobreza e desigualdade social, são desenvolvidas pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) a quem cabe implementar as estratégias e as bases de universalização e descentralização das referidas ações.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que estrutura as ações em função de seu nível de complexidade e formas específicas de atuação em dois vetores: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica acompanha famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social, prevenindo

---

24 Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE). “Convênios produtivos do Projeto São José III vão beneficiar 1.619 famílias em 33 municípios cearenses”. Publicado em: [aprece.org.br](http://aprece.org.br) o 31 de maio de 2016. Acessado em novembro de 2018.

25 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). “Incr e Governo do Ceará avaliam programa de regularização fundiária”. Publicado em: [incra.gov.br](http://incra.gov.br) o 1 de março de 2016. Acessado em novembro de 2018.

situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Tem como unidade de referência para oferta de seus serviços, programas e projetos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). No Ceará, existe cobertura do CRAS em todos os municípios num total de 390 Centros. No Programa de proteção social básica se incluem os seguintes projetos: ABC – Aprender, Brincar e Crescer; acesso da pessoa com deficiência à escola e ao tratamento especializado; Cadastramento Único – CadÚnico, um instrumento de informações para identificar as condições sociais e econômicas de famílias com baixa renda; Centros Comunitários; Circo Escola (Respeitável Turma); Espaço Viva Gente; Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceiras da STDS – Proteção Social Básica; Fortalecimento das ações de assessoria junto aos serviços, programas e projetos de Política de Assistência Social; Programa Bolsa Família; Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); Projeto Estação Família; Projeto Investimento Cidadão; e Projeto Terceira Idade Cidadã.

Por outro lado, a **Proteção Social Especial** oferece atendimento especializado às famílias e pessoas em situações de risco pessoal e social. Esse nível de proteção tem como unidade de referência para oferta de seus serviços, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

#### *d) Apoio a crianças e adolescentes*

O Programa de Apoio às Reformas Sociais para Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do Estado do Ceará (PROARES II), em sua segunda fase, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Governo do Estado do Ceará e Prefeituras Municipais. Sua matriz institucional envolve a STDS, SEDUC e SECULT e SEJUV. Visa contribuir na implantação de estratégias de desenvolvimento social no Estado, apoiando o processo de reforma social e melhorando as condições de vida de crianças, adolescentes e jovens, e suas famílias, em situação de vulnerabilidade e riscos sociais. Até março de 2015 apresentava 62 municípios conveniados e um total de 93 unidades de atendimento construídas e equipadas com um contingente de 39.872 crianças e adolescentes atendidos e 4.502 pessoas capacitadas<sup>26</sup>.

O IPECE ranqueou 35 municípios dentre os 184 municípios cearenses considerados com maior Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e, seguindo esse critério, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) escolheu os municípios a serem contemplados dentro da terceira fase do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará (PROARES III), a serem beneficiados com equipamentos sociais. Os equipamentos que os municípios poderão escolher são os Centros de Educação Infantil, os Centros de Referência em Assistência Social, os Campinhos e instrumentos para formação musical. Numa primeira etapa os recursos serão de US\$ 50 milhões e mais US\$ 50 milhões que estão sendo negociados para o ano seguinte (2019). Ressaltou que, somente nesses 35 municípios, estarão sendo investidos cerca de R\$ 77 milhões.

26

Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). Programa de Apoio às Reformas Sociais para Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do Estado do Ceará – PROARES fase II; Indicadores de Desempenho. Publicado em: [stds.ce.gov.br](http://stds.ce.gov.br). Acessado em: novembro de 2018.

#### e) Educação e saúde

A política educacional do Governo do Estado é executada pela SEDUC, Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Encontra-se voltada para promover políticas, programas e projetos juntamente com a rede municipal de educação visando: fortalecer os sistemas municipais de ensino para dotá-los de um modelo adequado de gestão centrado em resultados de aprendizagem. Alguns exemplos em andamento no momento da elaboração deste Plano de Manejo são:

- **PAIC –Programa de Alfabetização na Idade Certa:** através do PAIC o Governo do Estado vem se comprometendo com os municípios, oferecendo, dentre outras ações, apoio à gestão municipal, formação continuada para os professores da educação infantil ao 2º ano do ensino fundamental, livros de literatura infantil para as salas de aula, e materiais didáticos para professores e alunos. O comprometimento dos municípios cearenses no PAIC, envolvem ações voltadas para a valorização e profissionalização dos docentes, redimensionamento de recursos financeiros, revisão de planos de cargos, carreira e remuneração do magistério municipal, definição de critérios técnicos para a seleção de diretores escolares, implantação de sistemas municipais de avaliação de aprendizagem de crianças, ampliação do acesso à educação infantil, e adoção de políticas locais para incentivar a leitura e a escrita.
- **PAIC MAIS:** abrange as ações que eram destinadas às turmas de Educação Infantil, 1º e 2º ano do ensino fundamental até o 5º ano nas escolas públicas dos 184 municípios cearenses. O PAIC MAIS passa a dar mais apoio à gestão municipal, à formação de professores das séries subsequentes em língua portuguesa, matemática, literatura, maior envolvimento das famílias, ações de reforço aos alunos com dificuldades de aprendizagem.
- **Luz do Saber:** um recurso didático que tem por objetivo contribuir para a alfabetização de jovens e adultos, além de promover a inserção na cultura digital.
- **Programa Transporte dos alunos da rede estadual e Programa Renovação da Frota:** ações de cooperação com as redes municipais viabilizando o transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino. Assegura o repasse de recursos para 100% (cem por cento) das prefeituras que assinaram o Termo de Responsabilidade no ano de 2011; capacita 100% (cem por cento) dos técnicos estaduais e municipais responsáveis pelo sistema de acompanhamento do Transporte Escolar nos municípios que formalizaram o referido Termo de Responsabilidade.
- **Aquisição de Veículos Escolares:** apoio técnico do Estado aos municípios que participam do processo de adesão ao Programa Caminho da Escola para assegurar a aquisição de veículos escolares. Assegura 100% da doação dos veículos adquiridos pelo Estado aos municípios que fizeram adesão ao Programa, na mesma proporção de suas aquisições por meio de recurso próprio ou através de empréstimo pelo BNDES; garante o acompanhamento de 100% dos veículos cedidos aos municípios através do Projeto Alvorada.
- **Escolas Regulares em Tempo Integral na Rede Estadual de Ensino:** essas escolas fazem parte de uma estratégia em que a educação formal desenvolvida em estabelecimentos públicos consiga proporcionar aos filhos de trabalhadores uma formação integral e que respeite seus potenciais, direitos de aprendizagem e desenvolvimento. A meta do Plano Nacional de Educação é “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas

públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica”. Para concretizar o objetivo, em 2016, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) iniciou a implantação do tempo integral em 26 escolas estaduais de ensino regular, sendo uma em cada Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e duas em cada Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR). Em 2017, a expansão do tempo do aluno na escola começou com turmas da 1ª série do Ensino Médio e a expansão dar-se-á gradualmente para as demais séries e escolas.

- **Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP:** em 2018 eram 95 escolas no Ceará.

Entre os programas voltados para a melhoria da saúde podem ser citados: Unidades do SUS; Leitos Hospitalares; Profissionais de Saúde; Equipes do Programa Saúde da Família; Agentes Comunitários de Saúde; Causas de Mortalidade; Doenças; Saúde Materna; e Mortalidade Infantil.

#### *f) Trabalho e empreendedorismo*

A Política do Trabalho da STDS é desenvolvida para aquelas camadas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, conseqüentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ou seja, justamente as pessoas que mais precisam de um atendimento diferenciado do poder público. Uma das vertentes consideradas estratégicas pela área do trabalho é a educação social e profissional, cujo objetivo é a preparação e atualização do trabalhador para enfrentar a realidade do mercado de trabalho, por meio de ações de qualificação voltadas para facilitar sua inserção no emprego, no empreendedorismo ou em atividades autônomas. Os públicos prioritários são os jovens da escola pública sem experiência de trabalho, os beneficiários dos programas sociais do governo, com ênfase no CadÚnico, os desempregados, os trabalhadores autônomos, a população socialmente vulnerabilizada, os segmentos considerados até aqui excluídos, tais como a pessoa com deficiência, os afrodescendentes, os indígenas e o público LGBTQIA+.

#### *g) Artesanato e economia solidária*

O artesanato e as práticas de economia solidária encontram-se vinculados à Coordenadoria do Artesanato e Economia Solidária da STDS, focada no apoio aos artesãos e na preservação das tradições da arte popular respeitando e destacando as peculiaridades culturais e indenitárias de cada macrorregião do Estado. Suas políticas públicas incluem a qualificação de artesãos, o apoio à comercialização, a gestão da CEART e o gerenciamento do Fundo Especial de Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato (FUNDART), além do fortalecimento de unidades produtivas da Economia Solidária.

#### *h) Cultura*

Caucaia é um exemplo de um município profundamente marcado pela vida e presença dos Jesuítas e aldeamentos indígenas, que foram desarticuladas na Colônia, durante o governo de Pombal, em meados do século XVII, em meio a muitas violências.



Seu território abrigava várias tribos nativas, tais quais foram aldeadas por jesuítas, influenciando no crescimento populacional e na constituição da cidade. Foi batizada de Vila de Soure, de Soure após a independência, e finalmente de Caucaia, seu nome definitivo. É perceptível a constituição cultural e histórica do município tais como o Cruzeiro, erigido em 1749 e recomposto em 1922; a Igreja de Nossa Senhora de Sant'Anna (Tuncunduba), construída no século XVIII; e a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (Matriz), de XVI, são alguns de seus patrimônios.

### Principais ações culturais

- Festa de Santo Antônio (01 e 02/junho);
- Festa de São Pedro (29/junho);
- Carnaval;
- Festas da Padroeira (05 a 15 de agosto);
- Festa da Carnaúba (18, 19, 20 de outubro)
- Dia do Município (15 de outubro);
- Campeonato de Surf (datas variadas durante o ano);
- Vaquejadas (outubro, julho e novembro).

Tendo parte do seu território inserido no município de Fortaleza, é importante destacar a vida cultural da capital do Estado que reflete as diferentes formas de expressão da população acumuladas ao longo da história. A cultura de Fortaleza inclui manifestações religiosas como a festa da padroeira da cidade de Fortaleza Nossa Senhora da Assunção (15 de agosto) e as Festas Juninas.

Destaca a presença na cidade de diversas instituições das ciências e das artes, como o Instituto do Ceará (fundado em 1887), a Academia Cearense das Letras (fundada em 1894) na antiga sede do governo do Ceará no Palácio da Luz, hoje prédio tombado a nível estadual, ou o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, na Praia de Iracema.

A miscigenação de culturas e crenças trazidas pelas diferentes etnias e populações que colonizaram a região torna-se evidente na diversidade de manifestações folclóricas:

- Bumba-meu-boi ou boi-ceará: cantos e danças de culto religioso ao boi, de tradição luso-ibérica.
- Dança do coco: dança na que os homens dançam na praia, e que é dançada aos pares na zona do sertão.
- Torém: dança indígena originária dos índios tremembés.
- Maracatu: dança e música característica dos carnavais.
- Violeiros e cantadores: manifestações musicais geralmente expressando críticas sociais, típicos da zona nordestina.

O município de Fortaleza destaca também pela gastronomia, apresentando uma grande diversidade de cozinhas, mas no que destacam os pratos com camarão, o churrasco ou a carne-de-sol.

A capital do Estado tem também importante museus, como o Museu do Ceará, o Museu de Arte Contemporânea do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, ou o Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará, entre outros.

No que diz respeito de eventos e festividades, Fortaleza tem uma agenda diversificada e movimentada o ano inteiro. Destacam as seguintes festividades:

- Carnaval de Fortaleza (anual)
- Casa Cor (anual, de setembro a outubro)
- Ceará Music (anual, em outubro)
- Cine Ceará (anual, em junho)
- Bienal do Livro do Ceará (anual, em novembro)
- Bienal Internacional de Dança do Ceará (anual, em outubro)
- Caranguejadas nas barracas da Praia do Futuro (todas as semanas nas quintas-feiras)

i) *Turismo e infraestruturas*

Após a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará, em 1995, tendo o turismo em destaque como atividade econômica de maior dinamismo na formação do PIB do Estado, foi criada a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – (SETUR). O Plano traçado na ocasião envolvia um período de longo prazo abrangendo 1995 a 2020. A atuação governamental passou a focar a transformação do Ceará em destino turístico a ser consolidado através da implantação de infraestrutura urbana e turística – especialmente a qualificação de pessoal e captação de negócios e investimentos turísticos para o Estado, sendo a SETUR órgão coordenador e executor do PRODETUR Nacional no Ceará, e responsável pelo seu *marketing* promocional com a Embratur.

Fortaleza, a capital cearense, concentra o fluxo turístico do Estado, no entanto, a cada ano, cresce a demanda para outras áreas do Ceará, sobretudo nos municípios localizados nas regiões litorâneas. Este cenário é decorrente das políticas e investimentos públicos voltados para interiorização do turismo que visa desconcentrar os impactos da receita gerada pelos turistas para as demais regiões cearenses, bem como ampliar o tempo de permanência de visitantes no Estado.

Do total de turistas que se destinaram à Fortaleza no período 2006/2012, cerca de 70,0% visitaram outras localidades do Estado. Todavia, cerca de 84,6% das preferências dos turistas foram marcadamente direcionadas para as localidades litorâneas, 10,90% para as serras e 7,30% para o sertão. Os principais destinos na preferência dos turistas em 2016, com exceção do litoral de Fortaleza, foram: Caucaia, Aquiraz, Aracati, Beberibe, Jijoca de Jericoacoara, Paracuru e Paraipaba.

Os principais programas e ações governamentais voltados para o desenvolvimento do turismo foram:

- **O PRODETUR NACIONAL:** um programa que conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID em parceria com o Ministério do Turismo – MTUR e que prioriza o desenvolvimento integrado e sustentável da atividade turística, a fim de consolidá-la e dessa forma gerar a melhoria de vida da população onde será executado o programa. O Ceará através da SETUR escolheu as áreas prioritárias para receber investimentos do Programa, sendo que cada área elaborou seu Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) que estabelecem a abrangência das ações nele contidas.
- Os **PDITS** apresentam uma visão integrada da área turística sob os aspectos relacionados à cadeia produtiva do turismo envolvendo: produto e mercado;

gestão do turismo; além daqueles aspectos relacionados aos âmbitos social, econômico e ambiental, e à infraestrutura e serviços básicos (saneamento básico, energia elétrica, comunicação, acessos e transportes). O PDITS propõe objetivos, metas e diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística, visando à melhoria da qualidade de vida das populações residentes na Área selecionada, que resultem em um documento com informações necessárias à caracterização da situação atual, identificando seus problemas e oportunidades e definindo estratégias e ações, sendo estas últimas, componentes de um plano de ações a serem executadas pelo programa. O Programa selecionou três Polos de atração e desenvolvimento turístico entre os quais o Polo do Litoral Leste envolve o município de Caucaia, além dos seguintes municípios: Eusébio, Aquiraz, Cascavel, Pindoretama, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí<sup>27</sup>. A requalificação da Vila do Cumbuco, em Caucaia, foi obra financiada pelo PRODETUR.

A partir do PDITS, o Programa estabelece como uma de suas ações prioritárias a elaboração de Projetos de Valorização de Destinos Turísticos das localidades mais importantes sob o foco do turismo. Visando contribuir para o aumento de emprego e renda gerado pelo setor turístico, o PRODETUR Nacional Ceará objetiva não somente consolidar o modelo sustentável sol e praia, mas ampliar a atividade turística no Estado do Ceará, por meio da diversificação da oferta turística e criação de novos produtos, baseados em recursos naturais e culturais com potencial turístico. As ações do Programa apresentam cinco componentes com subprojetos que compõe a sua matriz de investimentos conforme o Quadro 3 a seguir:

**Quadro 2. Destinos e áreas de Influência contemplados no Prodetur Nacional para o Polo Litoral Leste**

PRODETUR - LITORAL LESTE COMPONENTES DO PROGRAMA	
<b>PRODUTO TURÍSTICO</b>	ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE MERCADO
	ATUALIZAÇÃO DO PDITS
	VALORIZAÇÃO DE DESTINOS
	INFORMÇÕES TURÍSTICAS
<b>PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO</b>	PLANO DE MARKETING
	PROMOÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DOS DESTINOS
	MARKETING DIGITAL
<b>FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL</b>	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
	APOIO À SETUR
	SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
<b>INFRAESTRUTURA DE ACESSO</b>	DUPLICAÇÃO DA CE 040 E DA CE 454
	ALARGAMENTO DA CE 187
	SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO
<b>GESTÃO AMBIENTAL</b>	ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO

Fonte: Prodetur Nacional, SETUR-CE

<sup>27</sup> SETUR, 2014. Programa de Desenvolvimento do Turismo PRODETUR NACIONAL CEARÁ. Revisão e atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Polo Litoral Leste, Tomo I. Consolidação dos municípios, objetivos e diagnóstico estratégico. Fortaleza, 2014



### 1.3.3. Potencialidades de Cooperação

As potencialidades de cooperação encontram-se em aberto e podem ter no Plano de Manejo um importante documento estruturador. O Governo do Estado juntamente com os municípios têm evidenciado avanços significativos em processos de cooperação, onde os mais importantes têm estado voltados para a educação e as comunicações. Os resultados têm se tornado casos de projeção nacional. O presente envolvimento dos PDITIS articulando a SETUR, e a SEMA e demais órgãos também se encontra enquadrado dentre as formas de cooperação que podem apresentar significativos avanços na área ambiental.